



FIOCRUZ

# Concurso Público Fiocruz 2023

Tecnologista em Saúde Pública

Prova Objetiva e Discursiva

## TE83 - Serviço Social



# Prova Objetiva

**01.** Um dos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética do/a Assistente Social, de 1993, é:

- (A) a garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da profissão e dos princípios firmados neste código.
- (B) a ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.
- (C) a liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.
- (D) a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- (E) a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.

**02.** O Código de Ética estabelece como dever do assistente social para com o usuário a devolução de informações colhidas nos estudos e pesquisas, no sentido de que:

- (A) estes possuem direito ao acesso de suas informações coletadas.
- (B) estes possam reutilizá-los no atendimento de outros profissionais da instituição.
- (C) estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (D) estes possam usá-los no acesso a outras instituições.
- (E) estes possuem direito de compreender as complexidades sociais em que estão inseridos.

**03.** Com base na Lei de Regulamentação da Profissão, é correto afirmar que é considerada uma atribuição do CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior:

- (A) fiscalizar repasses orçamentários destinados aos conselhos regionais.
- (B) indicar chapas e representantes para eleições nos conselhos regionais.
- (C) sancionar eleições nos conselhos regionais.
- (D) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- (E) prestar assessoria técnico-operativa aos organismos públicos de Serviço Social.

**04.** “Integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais”. Esse item está previsto no Código de Ética, de 1993, quando se trata:

- (A) dos deveres profissionais em relação a instituições empregadas e outras.
- (B) dos direitos profissionais em relação a instituições empregadas e outras.
- (C) dos direitos profissionais em relação a responsabilidades gerais do/a assistente social.
- (D) dos deveres profissionais em relação a responsabilidades gerais do/a assistente social.
- (E) dos direitos profissionais em relação a entidades da categoria e demais organizações.

**05.** “Apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Esse item está previsto no Código de Ética, de 1993, quando se trata:

- (A) dos deveres profissionais na relação com usuários, organizações não governamentais e sem ligações partidárias.
- (B) dos direitos profissionais na relação com usuários, organizações não governamentais e sem ligações partidárias.
- (C) dos deveres profissionais na relação com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil.
- (D) dos direitos profissionais na relação com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil.
- (E) dos direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social para com a população civil, sem ligações partidárias.

**06.** Segundo a Lei de Regulamentação, é correto afirmar que NÃO compreende atribuições privativas do/a assistente social:

- (A) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social.
- (B) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- (C) dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social, de graduação e pós-graduação.
- (D) coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de serviço social.
- (E) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em serviço social.

**07.** A Lei de Regulamentação prevê que os “Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira sem prejuízo:

- (A) de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.
- (B) sob o compromisso de prestação de contas ao Conselho Federal.
- (C) de prestações de despesas orçamentais mensais para o Conselho Feral.
- (D) de articulações diretas e orçamentais subsidiadas pelo Conselho Federal.
- (E) de ações de prestação de custos ao Conselho Federal.

**08.** Frente à instrumentalidade, Guerra (1999) aponta que “a ausência ou a insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz, por um lado, um discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações:”

- (A) antiéticas, longas e improdutivas.
- (B) redundantes, ineficazes e incômodas.
- (C) burocratizantes, desumanizadas e desnecessárias.
- (D) finalísticas, repetitivas e modelares.
- (E) confusas, desnecessárias e complexas.

**09.** De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2022), a produção de documentos e a emissão da opinião técnica perpassam pelas dimensões:

- (A) teórico-metodológica, técnico-operativa e institucionais.
- (B) éticas, interdisciplinares e sociedade civil.
- (C) interdisciplinares, teórico-metodológica e públicas.
- (D) teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.
- (E) profissionais, institucionais e sociedade civil.

**10.** Carmo (2017), pontua que mesmo com a percepção do limite da resolutividade setorial a área da saúde, predominantemente, preocupa-se em agir sobre problemas ligados a outros setores, mas que atuam como determinantes do processo saúde-doença, como:

- (A) falta de saneamento e segurança pública, ausência de política habitacional e educacional etc.
- (B) sucateamento de unidades de saúde, precarização de serviços e falta de diversas áreas profissionais.
- (C) pluralidade de efeitos climáticos, desmatamentos, secas, enchentes e aumentos de queimadas.
- (D) proliferações de pandemias e epidemias ocasionadas pelo aumento populacional sem estruturas.
- (E) ausência de investimentos públicos em diversas áreas nas esferas municipais, estaduais e nacionais.

**11.** Analise as seguintes afirmativas no que concerne à atuação do Serviço Social para viabilização dos direitos da população LGBTQIA+:

- I. O assistente social deve desconsiderar a identidade de gênero do(a) usuário(a) como um fator relevante para a elaboração de intervenções profissionais.
- II. A população LGBTQIA+ possui múltiplas demandas, distintas entre si, uma vez que não se configuram como um grupo homogêneo.
- III. O processo de terapia hormonal é uma demanda que pode ser orientada pelo Serviço Social, e destina-se, exclusivamente, a gays, lésbicas e bissexuais.

É correto afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas I está correta.
- (C) apenas II está correta.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) apenas II e III estão corretas.

**12.** De acordo com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a Conferência Nacional de Saúde desempenhou um papel importante em debater sobre os direitos da população LGBTQIAP+ no campo da saúde. A Conferência Nacional da Saúde, em que a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas na análise sobre determinação social da saúde foi:

- (A) a 12ª Conferência Nacional de Saúde.
- (B) a 13ª Conferência Nacional de Saúde.
- (C) a 14ª Conferência Nacional de Saúde.
- (D) a 15ª Conferência Nacional de Saúde.
- (E) a 16ª Conferência Nacional de Saúde.

13. Considerando o disposto no capítulo I do título III, sobre acessibilidade, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:

- (A) a adaptação razoável deve ser adotada como regra de caráter geral para a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural.
- (B) comprovada a acessibilidade da edificação ou de serviço, entidades de fiscalização profissional das atividades de engenharia, de arquitetura e correlatas, devem determinar a colocação, em espaços ou em locais de ampla visibilidade, do símbolo internacional de acesso, na forma prevista em legislação e em normas técnicas correlatas.
- (C) somente as edificações públicas de uso coletivo já existentes devem zelar pela pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, e obedecer às normas estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- (D) é dever das empresas concessionárias garantir de forma segura a fluidez do trânsito e a livre circulação e acessibilidade das pessoas, somente após a execução de obras e serviços em espaço público.
- (E) deve ser disponibilizado, em caráter acessível, o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos para a pessoa com deficiência, mediante solicitação.

14. Conforme o capítulo II do Estatuto do Idoso, o direito à liberdade manifesta-se através dos seguintes aspectos, EXCETO:

- (A) opinião e expressão.
- (B) crença e culto religioso.
- (C) participação em atividades artísticas.
- (D) prática de esportes e de diversões.
- (E) faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

15. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que o poder público deve garantir o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda dos jovens, com base nos seguintes critérios:

- I. Promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação.
- II. Criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores.
- III. Implementação de políticas afirmativas voltadas ao acesso dos jovens a programas de estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude.
- IV. Atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil.

Está correto afirmar que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas I, II e III estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I, II e IV estão corretas.
- (E) I, II, III e IV estão corretas.

16. De acordo com Iamamoto (1992), a atuação do assistente social na dinâmica de organização e divisão de trabalho no campo do processo produtivo, dentro das unidades industriais, pode ser pensada como expressão de uma das funções originais do capitalista no âmbito de produção, sendo ela:

- (A) controlar e disciplinar os operários, tendo em vista sua subordinação aos requisitos do processo de valorização.
- (B) identificar os projetos societários existentes no processo de trabalho.
- (C) intervir sobre as condições de vulnerabilidade experienciadas pelos trabalhadores, viabilizando seu acesso às políticas sociais.
- (D) mobilizar a classe trabalhadora através de práticas de educação popular.
- (E) atuar em prol do desenvolvimento comunitário, valores morais e fortalecimento de vínculos familiares.

17. Segundo Yolanda Guerra (2013), o \_\_\_\_\_ é uma teoria social e política que produz um pensamento-cotidiano orientado a responder às necessidades existentes no campo do trabalho de forma imediata. O \_\_\_\_\_ molda uma ação profissional que visa gerar resultados para o trabalho, impedindo que as demandas sejam interpretadas e analisadas para além da sua aparência. O conceito desenvolvido por Yolanda Guerra (2013), que completa o espaço em branco é:

- (A) consequencialismo.
- (B) pragmatismo.
- (C) positivismo.
- (D) contextualismo.
- (E) fundamentalismo.

18. Para José Paulo Netto, a vertente que produz uma negação da perspectiva tradicional do Serviço Social, desde suas compreensões empiristas à intervenção tecnicista, e inaugura uma formação e atuação profissional pautada pela práxis profissional, e vinculada ao pensamento marxista, recebe o nome de:

- (A) psicologização das relações sociais.
- (B) modernizadora.
- (C) reatualização do conservadorismo.
- (D) intenção de ruptura.
- (E) teoria social crítica.

19. O termo utilizado por Boschetti (2008) para descrever as ações dos trabalhadores que buscam efetivar direitos sociais é:

- (A) reformas.
- (B) contrarreformas.
- (C) movimentos sociais.
- (D) cidadania.
- (E) seguridade social.

20. Analise se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas sobre o Estado de Bem-Estar Social:

- I. A garantia de acesso igualitário aos serviços sociais é um dos princípios fundamentais do Estado de Bem-Estar Social.
- II. No Brasil, o pleno estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social começou a ser experienciado de maneira significativa a partir da década de 1990.
- III. Uma das vitórias do Estado de Bem-Estar Social foi a implementação de uma rede de proteção social, oferecendo serviços de assistência àqueles em situação de vulnerabilidade.

As afirmativas I, II e III são respectivamente:

- (A) V-V-V.
- (B) V-V-F.
- (C) V-F-F.
- (D) F-F-V.
- (E) V-F-V.

21. Conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990, acerca das responsabilidades compartilhadas entre os três níveis de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - em suas respectivas esferas administrativas, analise as assertivas abaixo, assinalando (V), se verdadeiras, ou (F), se falsas:

- ( ) é responsabilidade das três esferas de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - desenvolver normas técnicas e definir padrões de qualidade para promover a saúde dos trabalhadores.
- ( ) é atribuição da direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) contribuir para a definição de normas, critérios e padrões destinados ao controle das condições e ambientes de trabalho, além de coordenar a política de saúde do trabalhador.
- ( ) cabe aos Estados a elaboração e a atualização periódica do plano de saúde.
- ( ) é responsabilidade do Município formar consórcios administrativos intermunicipais.
- ( ) aos Estados, compete participar na avaliação, controle e execução das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, V, F e V.
- (B) V, V, F, V e V.
- (C) V, V, F, V e F.
- (D) F, F, V, V e F.
- (E) V, F, F, V e V.

22. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, as entidades e organizações que operam de maneira contínua, permanente e planejada, prestam serviços e implementam programas e projetos destinados principalmente à defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, à promoção da cidadania, ao combate às desigualdades sociais e à articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, direcionados ao público da política de assistência social, são as entidades de:

- (A) defesa de garantia de direitos.
- (B) assessoramento.
- (C) atendimento.
- (D) garantia de direitos sociais.
- (E) gestão.

**23.** A Lei 8.142/1990 estabelece a participação popular no controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) e a transferência de recursos para seu financiamento. Esses recursos são provenientes do Orçamento da Seguridade Social, assim como de verbas da União, dos Estados, dos Municípios e de outras fontes. Esses fundos são administrados em contas bancárias específicas conhecidas como Fundos de Saúde, e estão sujeitos à supervisão dos Conselhos de Saúde e dos Órgãos de Controle, que os fiscalizam. A Lei 8.142/1990 afirma ainda que serão destinados:

- (A) mínimo 50% aos Municípios, afetando-se o restante ao Governo Federal.
- (B) mínimo 75% aos Municípios, afetando-se o restante aos Estados.
- (C) mínimo 70% aos Estados, afetando-se o restante aos Municípios.
- (D) mínimo 75% aos Estados, afetando-se o restante aos Municípios.
- (E) mínimo 70% aos Municípios, afetando-se o restante aos Estados.

**24.** Com base na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do assistente social, em seu Art. 19º, afirma que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), será mantido por:

- (A) contribuições e arrecadações da sociedade civil.
- (B) doações e contribuições.
- (C) emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social e taxas.
- (D) contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, doações, legados e outras rendas.
- (E) taxas, contribuições, emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, doações, legados e arrecadações de organizações cadastradas nos Conselhos Regionais de Serviço Social.

**25.** A seguridade social no Brasil foi instituída pela Constituição Federal de 1988 com base em três pilares: assistência social, saúde e previdência. A assistência social é reconhecida como um direito social, fornecida seletivamente àqueles que deliberam, independentemente de contribuições para o sistema. O acesso à saúde é ampliado, indo além do emprego formal para garantir uma abordagem universal. A política previdenciária é reformulada, passando a ser baseada em contribuições e filiação obrigatória. Esses elementos caracterizam a seguridade social brasileira como um sistema:

- (A) flexível.
- (B) híbrido.
- (C) hegemônico.
- (D) distributivo.
- (E) rígido.

**26.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha diversas funções essenciais, incluindo proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Estruturado como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, o SUAS visa assegurar uma série de garantias sociais. Das opções abaixo, é correto afirmar que NÃO é uma segurança afiançada pelo SUAS:

- (A) acolhida.
- (B) convivência familiar, comunitária e social.
- (C) auxílio e apoio.
- (D) renda.
- (E) desenvolvimento e dependência.

**27.** No contexto da intervenção profissional, o Serviço Social tem como objetivo promover as mudanças necessárias no cotidiano da vida social dos usuários assistidos. É por meio da competência técnico-operativa que o Assistente Social consegue aplicar sua capacidade criativa e sua compreensão da realidade social, garantindo que a intervenção seja realizada de forma eficaz, responsável e profissionalmente competente. Considere as análises das afirmações a seguir, relacionadas às atividades profissionais do Assistente Social:

- I. Os laudos, pareceres e estudo social são reconhecidos como meios de investigação da realidade social, utilizados tanto em intervenções individuais quanto coletivas pelo Assistente Social, visando garantir direitos e promover a emancipação humana.
- II. O estudo social é uma ferramenta de investigação da realidade social que serve como base para a implementação de medidas judiciais indiretas, frequentemente realizadas por Assistentes Sociais ligados ao sistema judicial.
- III. Os laudos, pareceres e estudo social são amplamente reconhecidos como instrumentos de investigação da realidade social, especialmente quando se trata de casos envolvendo violência doméstica, como no exemplo de um casal com filhos.
- IV. Os laudos, pareceres e estudo social são componentes fundamentais dos processos de intervenção, pois contribuem para a construção de um entendimento sobre a população atendida, oferecendo uma perspectiva sobre suas vidas e influenciando as decisões futuras.

Com base nas afirmações acima, é correto afirmar que:

- (A) apenas a afirmativa I está correta.
- (B) apenas a afirmativa II está correta.
- (C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

28. Costa (2000) destaca que a atuação dos assistentes sociais na saúde é influenciada pelo reconhecimento social da profissão e pelas necessidades definidas pela história da saúde pública no Brasil. A implementação do SUS nos anos 1990 exigiu novas formas de organização do trabalho em saúde, baseadas em reivindicações do movimento sanitário, como universalização, descentralização e participação popular. No entanto, a contrarreforma na saúde trouxe contradições, dificultando a efetivação do Sistema Único de Saúde constitucional. Isso resultou em questões operativas nos serviços de saúde, como demora no atendimento, falta de recursos, burocracia e ênfase na assistência médica curativa, afetando a qualidade e quantidade de atendimento. Constitui-se demandas no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais nos serviços de saúde, EXCETO:

- (A) problemas relacionados à qualidade do atendimento e/ou à falta de atendimento, como falta de medicamentos e exames diagnósticos, ausência de referência e contrarreferência institucional, e baixa cobertura das ações preventivas.
- (B) dificuldades dos usuários em entender o tratamento indicado e em ter condições para realizá-lo, devido ao preço dos medicamentos prescritos, ao transporte urbano necessário para acessar a unidade de saúde, ou ao horário de tratamento incompatível com o horário de trabalho dos usuários.
- (C) desigualdade na distribuição e cobertura dos serviços de saúde entre os municípios, obrigando a população a fazer grandes deslocamentos para tentar acessar os serviços.
- (D) aumento da demanda por consultas e exames diagnósticos, bem como dificuldades operacionais, como demora no atendimento, precariedade dos recursos, e burocratização dos serviços.
- (E) agravamento das situações de morbidade e mortalidade por doenças passíveis de prevenção.

29. O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário concedido aos dependentes do segurado de baixa renda que esteja recluso. Esse benefício está alinhado, especificamente, ao seguinte princípio da seguridade social:

- (A) equidade na forma de participação no custeio.
- (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) seletividade e distributividade.
- (D) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (E) diversidade da base de financiamento.

30. A Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Serviço Social e dá outras providências. De acordo com referida Lei, os membros abaixo que NÃO fazem parte dos membros efetivos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são:

- (A) Presidente e Vice-presidente.
- (B) Tesoureiros e Secretários.
- (C) Presidente e Conselho Administrativo.
- (D) Secretários e Conselho Fiscal.
- (E) Conselho Fiscal e Presidente.

31. Segundo Bravo (2006) a Saúde no Brasil, aflora como “questão social”, no início do século XX, refletindo o avanço da divisão sociotécnica do trabalho. Os principais aspectos conjunturais da dinâmica do modo de produção capitalista, que influenciaram o surgimento de políticas sociais ampliadas, que contribuíram para o enfrentamento da “questão social” no âmbito da saúde foram:

- (A) êxodo rural, precarização das relações de trabalho e aumento de epidemias no país.
- (B) ascensão do neoliberalismo, crescimento da precarização das relações de trabalho e processo de contrarreformas.
- (C) aceleração da urbanização, aumento do crescimento da classe trabalhadora, precarização das condições de higiene, habitação e saúde.
- (D) nascimento da medicina social nos Estados Unidos, conquista de alguns direitos sociais pela classe trabalhadora e desmonte da política de saúde.
- (E) aumento de epidemias no tecido social, ascensão do neoliberalismo e reivindicação do proletariado ao direito à saúde.

**32.** Segundo Rocon (2023), o cotidiano do trabalho em saúde do/a assistente social, é atravessado por diversos conflitos sociais, inerentes ao processo de desmonte da saúde tais como: privatização e a terceirização decorrente do subfinanciamento e do sucateamento das políticas públicas e universais em saúde. Esse contexto agrega uma diversidade de valores morais, éticos e ideológicos que refletem a disputa pela direção social e política dos processos de trabalho, que impactam diretamente na saúde de usuários/as LGBT. Desta forma, as dificuldades vividas no acesso em saúde dessa população:

- (A) são diferentes das dificuldades enfrentadas por toda a classe trabalhadora, no que concerne ao papel do Estado na garantia e implementação de políticas sociais.
- (B) ações universalizantes, não focalizadas e agregadoras.
- (C) são os mesmos enfrentados por toda a classe trabalhadora referente ao papel do Estado na garantia e implementação das políticas sociais.
- (D) especificidades que admitem essa população nas políticas universais de saúde que derivam de uma dominação heterossocial, que permeia as políticas estatais com uma ética heterossexual.
- (E) valores e perspectivas morais que negam a possibilidade única de existência na heteronormatividade e no gênero binário.

**33.** O objetivo central é garantir que o Estado tenha por foco a sociedade, atuando na concepção de Estado democrático de direito, encarregado por formular políticas sociais e, por conseguinte, políticas em saúde. Uma de suas estratégias é o Sistema Único de Saúde. O enunciado da questão, diz respeito ao (à):

- (A) Lei Orgânica da Saúde.
- (B) Código de Ética do Serviço Social.
- (C) Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Centralizados de Saúde.
- (D) Projeto Privatista.
- (E) Projeto de Reforma Sanitária.

**34.** Segundo Guerra (2014), desde a década de 1980, o tratamento que o Estado brasileiro vem dando às expressões da “Questão Social”, transitam entre repressão e assistencialismo, além da aparência heterogênea colocada na formulação das políticas sociais. Esse processo produz um movimento que se materializa nas intervenções profissionais dos/as assistentes sociais por duas determinações complementares. São elas respectivamente:

- (A) aumento do pragmatismo e assistencialismo nas intervenções profissionais.
- (B) ausência de visão de totalidade e adoção de procedimentos instrumentais.
- (C) reducionismo e pragmatismo no trato da análise da vida dos usuários.
- (D) compreensão das singularidades e particularidades deste momento histórico.
- (E) práticas policialescas e assistencialismo.

**35.** Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Projeto de Reforma Sanitária vem perdendo a disputa política para o projeto voltado para o mercado, que se tornou hegemônico a partir da década de 1990. Nesse sentido, a Universalidade do direito e outros fundamentos do SUS vêm sendo questionados pelos representantes do projeto privatista. Esse fenômeno, conforme o CFESS (2010), vem configurando uma nova política de saúde, que tem impactado no trabalho do assistente social nas dimensões:

- (A) técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica.
- (B) subjetiva, coletivas e lutas corporativas.
- (C) relação com os usuários e nas políticas sociais, que irão pautar as intervenções profissionais do assistente social.
- (D) condições de trabalho, na formação profissional, na ampliação de demandas e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais.
- (E) cultura profissional, no trato das expressões da questão social que se manifestam na saúde e na relação com as entidades da categoria profissional.

**36.** Na conjuntura político-econômica da década de 1930, surgem as primeiras iniciativas do Estado brasileiro na formulação de políticas sociais e públicas dirigidas às famílias. Segundo Neder (1994), essas políticas tinham como modelo o ideal de “família regular” e “saudável”, essas ideias foram absorvidas, sobretudo no campo médico, jurídico e urbanístico. Esses princípios foram absorvidos, pelo serviço social que incorpora no seu fazer profissional uma ação moralizante e caritativa, que conforme (Horst e Miotto, 2017) se configurava principalmente por:

- (A) práticas de atuação desfocalizadas da família e pautadas no assistencialismo.
- (B) uma visão crítica da realidade social, em que as famílias da classe trabalhadora estavam inseridas.
- (C) uma forma de intervenção ideológica na vida das famílias da classe trabalhadora.
- (D) uma forma de intervenção ideológica nos setores empresariais, onde a classe trabalhadora estava inserida.
- (E) uma perspectiva de análise crítica, voltada para compreender a totalidade social na qual a família estava inserida.



37. “À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas” (ABEPSS, 2023, p.27). Os respectivos núcleos são:

- (A) fundamentos da dimensão técnico-operativo, teórico metodológica e ético política.
- (B) fundamentos do trabalho profissional; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos teórico-metodológicos da vida social.
- (C) fundamentos da formação sócio-histórica da política de assistência social, fundamentos da construção do Estado Brasileiro e fundamentos da dimensão teórico metodológica do serviço social.
- (D) fundamentos da questão social; fundamentos da formação sócio-histórica da construção das políticas sociais na sociedade brasileira e fundamentos do trabalho social.
- (E) fundamentos da dimensão ético-política, fundamentos da política de saúde e fundamentos da constituição do Serviço Social no Brasil.

38. À luz da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, o órgão responsável por credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de Serviço Social os campos de estágio dos alunos, bem como designar os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão é:

- (A) o CFESS.
- (B) o Ministério Público.
- (C) a ABEPSS.
- (D) as Unidades de Ensino.
- (E) as Unidades de campo de estágio.

39. Com relação ao serviço social e o trabalho com famílias na contemporaneidade, ocorre uma ausência desse debate no bojo da teoria social crítica do serviço social. É correto afirmar que NÃO compõe os motivos dessa ausência:

- (A) preocupação com a consolidação dos fundamentos teóricos-metodológicos da profissão.
- (B) inserção da profissão como interlocutora no debate das Ciências Sociais sobre política social.
- (C) o alinhamento ao caminho adotado pelo movimento de esquerda, negando o modelo de família cisheteronormativa.
- (D) negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual.
- (E) aumento das pesquisas sobre famílias, realizadas pela categoria profissional, no contexto do neoliberalismo.

40. “Na década de 1990, com as derrotas sofridas pelo projeto de Democracia das Massas, consolida-se uma direção política das classes dominantes no processo de enfrentamento da crise brasileira, cujas principais estratégias do grande capital passam a ser: acirrada crítica às conquistas sociais da Constituição Federal de 1988, com destaque para a concepção de Seguridade Social” (CFESS, 2010). Destacam-se nesse processo, a defesa do projeto do grande capital, o aumento do processo de privatização e a constituição do cidadão consumidor. Esse processo é conhecido por:

- (A) neoliberalismo.
- (B) desmonte do SUS.
- (C) contrarreformas.
- (D) luta de classes.
- (E) reforma de providência.

# Prova Discursiva

## QUESTÃO

A utilização da categoria 'raça' é assertiva, pois proporciona a identificação das pessoas conforme seu grupo de origem e desvela os processos de inclusão/exclusão a que elas estão submetidas por serem brancas, negras, indígenas ou asiáticas. A adoção da categoria raça não parte da concepção biológica de ser humano; antes, pressupõe a condição do ser social, a quem se atribuem valores positivos e negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco (ERICO, 2022).

Frente à referida nota técnica emitida pelo CFESS, elabore um texto dissertativo, com o mínimo de 50 linhas e o máximo de 150 linhas, a respeito do preenchimento do quesito raça/cor/ etnia na prática profissional.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

## INSTRUÇÕES

1. Por motivo de segurança, a Fiocruz solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, em espaço próprio no Cartão de Respostas da Prova Objetiva, a frase abaixo apresentada:

“As melhores coisas da vida não podem ser vistas nem tocadas, mas sim sentidas pelo coração.” ( Dalai Lama )

2. Para cada uma das questões da prova objetiva são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), e só uma responde da melhor forma possível ao quesito proposto. Você só deve assinalar UMA RESPOSTA. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.

3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do Cartão de Respostas e a Prova Discursiva. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

4. Verifique se a prova é para o **PERFIL** para o qual concorre.

5. Somente após autorizado o início da prova, verifique se este Caderno de Questões está completo e em ordem. Folhear o Caderno de Questões antes do início da prova implica na eliminação do candidato.

6. Verifique, no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.

7. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva** e no **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** serão objeto de correção.

8. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**:

. não haverá substituição por erro do candidato;

. não deixar de assinar no campo próprio;

. não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;

. a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;

. outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;

9. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.

10. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.

11. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.

12. Você poderá anotar suas respostas da prova objetiva em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.

13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue ao fiscal todo o seu material de prova.

14. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** e o **Caderno de Questões**.

### 15. Prova Discursiva:

- A questão discursiva deverá ter um limite mínimo de 50 linhas e máximo de 150 linhas.

- Transcreva sua resposta para a parte pautada do **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**. Não assine, rubrique ou coloque qualquer marca que o identifique, sob pena de ser anulado. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na respectiva prova discursiva.

- O tempo total de duração das provas será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para o preenchimento da Resposta Definitiva da Questão Discursiva. Nenhum rascunho **SERÁ LEVADO EM CONTA**.

Boa Prova!



Ao término da prova, anote aqui suas respostas e destaque na linha pontilhada.

01	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	11	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	21	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>